

O esperneio do coronel

Socialmente, o sr. Antônio Carlos Magalhães é um cidadão de uma elegância impecável, que se veste nos melhores alfaiates, tem um excelente camiseiro e demonstra extremo bom gosto na escolha de suas gravatas. Como político, no entanto, continua sendo um "coronel" do sertão nordestino, cercado por jagunços de chapéu de couro. Para dobrar quem porventura se opõe aos seus designios políticos, conhece apenas dois argumentos: o insulto e a ameaça de agressão física. É assim que está reagindo à intervenção do Banco Central no Banco Econômico da Bahia, que vinha conseguindo evitar até o momento em que uma corrida dos depositantes ao banco tornou-a inevitável. Agora, sem se preocupar com o ridículo e o grotesco, tenta transformar uma simples questão de administração bancária numa sinistra conspiração tramada pelo Sul rico e politicamente poderoso contra o Nordeste pobre e politicamente indefeso.

É esse o problema que o presidente Fernando Henrique terá de enfrentar. Do ponto de vista econômico, nada de extraordinário deverá acontecer, a não ser os prejuízos que poderão sofrer os depositantes e investidores do Econômico, se os seus ativos, agora administrados pelo BC, não forem suficientes para cobrir todos os seus compromissos e não aparecerem ninguém interessado em comprá-lo. Não há nenhum abalo para o sistema financeiro nacional.

"O sistema financeiro nacional é extremamente sólido, sofisticado, teve lucros muito importantes nesses últimos anos, está bastante capitalizado e tem uma alavancagem muito pequena quando comparado com o resto do mundo. O que está se discutindo é uma dificuldade operacional de um banco, que provavelmente cometeu algum deslize (grifo nosso)" — explica o ex-ministro e atual deputado Delfim Netto.

O caso do Econômico é um caso isolado, no plano do sistema financeiro privado, que, como mostra o comportamento do ex-governador da Bahia, pode, sim, ser comparado aos do Banespa e do Banerj, sob intervenção desde dezembro, na medida em que as dificuldades que o banco enfrenta nada têm a ver com a condução da política econômica nos últimos meses, nem com o real, nem com o aperto de crédito que o governo vem aplicando e muito têm a ver com o fato de ter servido como instrumento da política do governador Antônio Carlos Magalhães.

Como nos casos do Banespa e do Banerj, o que se pode criticar na intervenção do Banco Central no Econômico é o fato de ela ter tardado tanto por causa da interferência política no caso. A crise do Econômico já era conhecida pelas pessoas bem informadas do mercado financeiro e pelo Banco Central desde janeiro de 1994, antes, portanto, do plano da estabilização econômica e das restrições da política monetária. Tanto que no mercado, ontem, muita gente só estranhava duas coisas: a protelação da intervenção (conseguida por ACM) e o fato de o BC não ter optado logo pela liquidação extrajudicial.

Não tem, assim, o menor sentido o esper-

neio do senador Antônio Carlos Magalhães e ainda menos a acusação ao Banco Central, de favorecer São Paulo, por ter optado por uma solução mais branda para o Banespa do que a que aplicou no Banco Econômico. Em primeiro lugar, ninguém aqui em São Paulo, a não ser o governo e os políticos que se acostumaram com os favores do banco, defende qualquer outra solução para o Banespa que não seja a sua privatização, o mais rápido possível. Não há na sociedade paulista, entre os contribuintes, ninguém que esteja querendo que o governo federal faça com o Banespa o que Antônio Carlos Magalhães está pretendendo que ele faça com o Econômico: pôr dinheiro público no banco.

Em segundo lugar, a diferença de tratamento de que se queixa o senador baiano se explica pelo fato de, embora o Banco Central também tenha demorado a intervir no Banespa, no momento da intervenção o banco estadual paulista ainda não estava sendo vítima de uma "corrida", como aconteceu com o Econômico. Com a intervenção protelada por injunções políticas, com as notícias de suas dificuldades já bastante conhecidas, o banco baiano estava sangrando, perdendo depósitos e investimentos velozmente. E o Banco Central não tinha outra opção a não ser agir drasticamente, para evitar uma corrida bancária generalizada que, esta sim, poderia comprometer todo o sistema financeiro. Se não tivesse havido a interferência política e o BC pudesse ter agido antes, a solução para o Econômico poderia ter sido menos traumática. É isso, talvez, que explica todo o desespero do senador Magalhães, o grande comandante das pressões que retardaram a ação do Banco Central. Dor de consciência.

O que fica evidente nisso tudo, pela forma como o senador ACM e seus seguidores falam do Econômico, comparando-o ao Banespa, é que em Estados onde ainda impera o "coronelismo" político a promiscuidade entre o público e o privado é total. ACM trata o Econômico como se fosse um banco estatal e, por isso, pede para o banco privado baiano o mesmo tratamento dado pelo Banco Central ao Banespa e ao Banerj. Se fosse, porém, um político moderno, fiel aos princípios liberais defendidos pelo seu partido — o PFL —, o senador baiano não estaria agora pedindo para o Econômico o tratamento privilegiado que os governos costumam dar aos bancos estatais, mas teria, isso sim, se oposto a esses privilégios sempre que foram concedidos, inclusive nos casos do Banespa e do Banerj.

O governo federal e o Banco Central não podem fraquejar ante as pressões e as ameaças do senador baiano e dos políticos que ele lidera. Se o governo cometeu algum erro nas intervenções que tem determinado, não foi no caso do Econômico. Foi nos casos do Banespa e do Banerj. E para redimir-se desses erros o que pode fazer é encaminhar rapidamente as privatizações desses dois bancos, e não ceder às pressões pela estatização do Econômico.